

Território primitivo: a institucionalização da Arqueologia no Brasil (1870-1917)¹

Lúcio Menezes Ferreira
(Universidade Federal de Pelotas)

Em minha tese, realizada sob a orientação de Pedro Paulo Abreu Funari, visei entender a institucionalização da Arqueologia brasileira (1870-1917). Meu universo empírico principal englobou o Museu Botânico do Amazonas, o Museu Paraense e o Museu Paulista. Constatei que a Arqueologia institucionalizou-se no Brasil articulada aos processos de mundialização da ciência, ao nacionalismo e ao colonialismo.

No Museu Botânico, Barbosa Rodrigues (1842-1909) compôs representações arqueológicas nacionalistas ligando-se a uma tradição de pesquisas desenvolvida, desde o Primeiro Reinado, no IHGB e no Museu Nacional. Buscavam-se contigüidades, na cultura material e nas línguas, entre as civilizações mediterrânicas da Antigüidade e os nativos do Brasil. Buscava-se uma vetusta civilização indígena. Barbosa Rodrigues atuou, pois, no centro desta tradição que conceituo como Arqueologia nobiliárquica: o rastreamento, no solo nacional, de um índio “nobre”, de uma majestática civilização, passível de figurar numa narrativa nacionalista. O trabalho de Barbosa Rodrigues (e o mesmo aplica-se à Arqueologia nobiliárquica como um todo) atou-se efetivamente aos processos de mundialização da ciência. Tiveram como referência os debates arqueológicos internacionais. Barbosa Rodrigues citou pesquisas arqueológicas coetâneas e considerou as coleções abrigadas em museus europeus. Suas pesquisas alinhavaram-se a uma ampla rede museal e científica, ajudando a

formular temas debatidos em fóruns internacionais, como o Congresso dos Americanistas.

Nos museus Paraense e Paulista, tanto Emílio Goeldi (1859-1917), como Hermann von Ihering (1850-1930), também afinaram suas pesquisas pelo diapasão científico internacional. Seus problemas arqueológicos definiram-se, ainda, pelo diálogo ativo com a Arqueologia nobiliárquica, cujas interpretações ambos refutaram. Silenciaram, assim, a retórica nacionalista que modulava a Arqueologia nobiliárquica. Contudo, há similaridades entre a Arqueologia nobiliárquica de Barbosa Rodrigues, Goeldi e Ihering. Não só a cadência das pesquisas arqueológicas ritmadas pela mundialização da ciência, mas também a conjugação entre Arqueologia e colonialismo.

Desde o Império, a Arqueologia acolchetou-se às estratégias de expansão do Estado Nacional e às técnicas de dulcificação dos “índios bravos”. Assim como Barbosa Rodrigues, Goeldi e Ihering defenderam uma típica noção da Arqueologia colonialista de entonação francesa: a de que os territórios primitivos clamavam pelas missões civilizadoras (“mission civilisatrice”). Goeldi e Ihering, entretanto, vivendo as fertilizações cruzadas da mundialização da ciência, não seguiram apenas orientações francesas. Aleram-se também do exemplo da Smithsonian Institution, que organizou, desde 1879 o Bureau of Ethnological Research, destinado, segundo Curtis Hinsley, ao planejamento de uma ciência de governo municipalizada pelas pesquisas arqueológicas e antropológicas. Para Goeldi e Ihering, amparados no modelo do Bureau, os Diretórios de Índios reformular-se-iam para ser institutos de pesquisa e postos avançados de governo científico dos indígenas.

Pode-se concluir, assim, que a Arqueologia, no Brasil, institucionalizou-se em consonância com os debates científicos internacionais e desenvolvendo políticas nacionalistas e colonialistas.

¹ Tese de Doutorado defendida junto ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, Campinas, 2007. Orientador: Pedro Paulo Abreu Funari. Bolsa FAPESP de Doutorado.